

# Saulo: Congresso não é 'desconstituente'

CARLOS CHAGAS

O Palácio do Planalto reagiu ontem pela voz do consultor-geral da República, Saulo Ramos, à tentativa de setores da Assembleia Nacional Constituinte de votar, nas próximas horas, um ato constitucional suspendendo as atividades da Câmara e do Senado e subordinando todas as instituições nacionais ao Poder Constituinte. Mesmo depois de eleita a Mesa da Câmara, pela manhã, a proposta permaneceu em pauta, sustentada especialmente pelos deputados novos, o que levou o governo a uma vermente tomada de posição.

Da, exceda os limites claramente estipulados para suas funções: a redação e promulgação de uma nova Constituição.

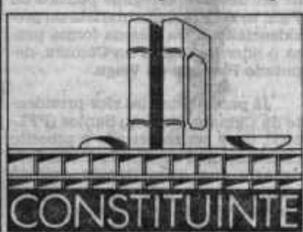
Disse o consultor-geral da República que o povo elegeu uma Assembleia Nacional Constituinte, não uma assembleia nacional desconstituente. Enquanto não for promulgada a nova Constituição a atual permanece em pleno vigor. Não há sociedade civilizada que possa aviver um dia sequer sem ordem jurídica-institucional. Não houve ruptura dessa ordem, com a convocação da atual Assembleia. Os poderes constituídos encontram-se em pleno funcionamento e a Constituição em vigor. Deputados e senadores foram eleitos com base na atual Constituição e dela emana o valor jurídico de seus mandatos. Os poderes consti-

tuintes originários lhes foram outorgados para elaborar outra Constituição, não para desrespeitar a Carta que lhes deu tais poderes.

"A Assembleia Nacional Constituinte — continuou Saulo Ramos — é livre, soberana e suprema para discutir, votar e promulgar a nova Constituição. Antes que se complete essa missão histórica, não pode alterar as regras institucionais vigentes a não ser pelos meios que elas próprias permitem. É bom lembrar que a soberania é do povo e o constituinte atua soberanamente em nome do povo, logo, dentro dos poderes que lhe foram dados pelo titular legítimo da soberania."

Essas regras, em suas palavras, são as emendas à Constituição vigente, que somente o Congresso, co-

mo tal, pode decidir por dois terços de seus membros. Para isso é preciso que o Congresso também funcione à luz do dia, em estado de direito. Ele pode emendar a Constituição, alterando capítulos inteiros, menos abolir a Federação e a República, mas tem de observar o processo nela pre-



visto. Pode, até mesmo, promulgar atos adicionais, mas observado o mesmo processo de iniciativa e o quórum de dois terços.

Para Saulo Ramos, o Congresso já instalado através da eleição das Mesas da Câmara e do Senado também pode delegar provisoriamente poderes de legislar ao Executivo, nos termos dos artigos 52, 53 e 54 da Constituição, ou alterá-los para melhor e mais integrado processo legislativo.

O importante, sob seu ponto de vista, é a obediência à ordem constitucional em vigor, pressuposto da legitimidade jurídica e política. Do contrário estaríamos implantando o caos e o mandato dado pelo povo aos parlamentares eleitos estaria sendo traído. O que não passa pela cabeça

de ninguém. Cumpre aos constituintes votar e promulgar a nova Constituição, reconstruindo a ordem democrática. Assim, enquanto não for instalada a nova ordem constitucional, plasmada no texto a ser votado e promulgado pela Assembleia Nacional Constituinte, estaremos todos sujeitos ao império e à autoridade do que se conliver na Constituição em vigor. O princípio da supremacia dessa Constituição não pode admitir que com ela conviva uma ordem jurídica paralela que a desrespeite ou a hostilize. Até que a nova Constituição seja promulgada vigorarão os princípios, as regras e as instituições da Constituição cessante. O consultor-geral da República terminou suas declarações com um alerta: "Não é bom desrespeitar os moribundos em seu leito de morte".

## A tranquila vitória de Ulysses

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães foi ontem reeleito presidente da Câmara por 299 votos contra 155 dados ao deputado Fernando Lyra (PMDB/PE), que concorreu fora da chapa de consenso articulada pelas lideranças partidárias. Houve 23 votos em branco e quatro nulos.

Foram inúteis as tentativas feitas por alguns deputados do PMDB, do PCB, do PC do B e do PT, para tentar evitar que a eleição se realizasse, sob a alegação de que a Emenda nº 26 convocou uma Constituinte exclusiva.

Humberto Souto (PFL-MG), que dirigiu os trabalhos, manteve-se firme na interpretação de que o regimento interno o obrigava a realizar a eleição no dia 2 de fevereiro e que o funcionamento do Congresso durante a Constituinte era questão a ser levantada para esta.

A sessão iniciou-se com grande atraso. Marcada para as 9 horas, só foi aberta às 10h20. Até então, reu-

nões realizadas nos gabinetes de Ulysses Guimarães e de líderes partidários buscavam solução para o problema criado a partir do momento em que, na sexta-feira, a bancada do PMDB decidiu propor que não fossem realizadas as eleições das Mesas da Câmara e do Senado, a fim de que a Constituinte funcionasse em caráter exclusivo.

Por volta das 8h30 já era grande o número de deputados em plenário, a maioria na expectativa de que iria ocorrer. Finalmente, às 10h15, apareceu o presidente da Casa, Ulysses Guimarães. Pouco depois, abriu a sessão, tendo por auxiliares o primeiro-vice-presidente Humberto Souto e o segundo-secretário Leir Lomanto (PFL-BA).

Ele deu posse a um deputado que não compareceu à sessão da véspera, Antero de Barros (PMDB-MT), e, a seguir, do plenário, foi levantada a primeira questão de ordem. Era Domingos Leonelli (PMDB-BA), argumentando ser "inconstitucional" a realização da eleição das Mesas.

Ulysses explicou estar na presi-

dência por força regimental, mas, como era candidato à reeleição, passava-a ao primeiro-vice-presidente, Humberto Souto. Desceu até o plenário e Humberto passou a responder às questões de ordem, levantadas também por José Genoino (PT-SP), Roberto Freire (PCB-PE), Haroldo Lima (PC do B-BA), todos contra a eleição e insistindo na Constituinte exclusiva. Esses argumentos foram rebatidos por Cardoso Alves (PMDB-SP), pelo líder do PDS Amaral Neto (RJ), pelo líder do PFL, José Lourenço (BA), por José Costa (PMDB-AL) e por Siqueira Campos (PDC-GO), todos assinalando não ter sido revogada a Constituição vigente.

### A Mesa

Humberto Souto manteve a posição que assumiu logo no início: o regimento interno determina que a eleição seja realizada. Foi assim que procedeu quando lhe chegou as mãos também o requerimento do líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MO), transmitindo-lhe a decisão da

bancada. "Quanto à primeira parte, realização da eleição da Mesa — disse — não posso acolhê-la; quanto à segunda, sobre o funcionamento do Congresso, é uma questão que fica para a Constituinte decidir". Pimenta da Veiga considerou acertada a deliberação.

Para os demais cargos da Mesa foram eleitos os deputados Homero Santos (PFL - MG), primeiro-vice-presidente; Paes de Andrade (PMDB - CE), primeiro-secretário; Alberico Cordeiro (PFL - AL), segundo-secretário; Heráclito Fortes (PMDB - PI), terceiro-secretário, e Cunha Bueno (PDS - SP), quarto-secretário. Para suplentes, pela ordem: Dasso Coimbra (PMDB - RJ), Mendes Botelho (PTB - SP), Irma Passoni (PT - SP) e Oswaldo Almeida (PFL - RJ). Essa foi a chapa que resultou do acordo interpartidário, do qual só não participaram o PDT e o PT. O primeiro lançou Amaury Müller (RS), como candidato a terceiro secretário, mas ele perdeu para Heráclito Fortes por 278 votos contra 178. O PT, na última hora, resolveu participar da votação e acabou elegendo a suplente Irma Passoni.



## De madrugada, o acordo para conter a revolta

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Mais uma batalha de Itararé. O PMDB, novamente, ameaçou, mas não conseguiu virar a mesa. Ou, no caso, não conseguiu evitar a eleição da Mesa-diretora da Câmara. Para isso concorreu, principalmente, o próprio presidente da República. Sarney disse a quem podia interessar que o governo não gostaria de um "impasse" criado pelo PMDB, capaz de agravar a crise, envolvendo o Senado e o Poder Judiciário.

A moção da bancada do PMDB, pelo cancelamento da eleição da Mesa da Câmara, começou a perder fôlego na manhã do dia 1º, quando o Senado, tranqüilo e pacificamente, elegeu seus novos dirigentes. Depois disso, vários líderes do PMDB, eleitos e reeleitos senadores, passaram a minar a resistência dos "xixis" da bancada na Câmara, principalmente de deputados gaúchos, auxiliados pelo PCB, PC do B e PT.

O PFL, o PDS, o PTB, o PDC e o PL também reagiram, até com veemência. Os líderes José Lourenço e Amaral Neto disseram a Ulysses Guimarães e a Pimenta da Veiga, com todas as letras, que, se adiada ou sustada a eleição da Mesa-diretora, não haveria mais acordo. O risco seria evidente. Questão aberta nas bancadas seria a última coisa desejada pelo presidente do PMDB, na sua caminhada a presidente da Câmara e presidente da Assembleia Constituinte.

Os pequenos partidos — PT, PDC, PL — também avisaram: a tentativa de adiar a eleição dos dirigentes da Câmara provocaria uma reviravolta. Não haveria mais acordo. Sem acordo cresceria a candidatura dissidente do deputado pernambucano Fernando Lyra.

### Pacto na Madrugada

Alguns ministros do PMDB, tendo à frente Raphael de Almeida Magalhães, entraram no circuito. Mostraram a Ulysses e aos líderes do movimento rebelde do PMDB que o quadro poderia agravar-se — para o candidato oficial, para o partido, para a Constituinte, com as eventuais repercussões na ação do governo Sarney.

Nos intervalos da sessão de instalação da Assembleia Constituinte, e após seu término, até às 4 horas da madrugada de ontem, foram realizadas diversas reuniões. O presidente Sarney, informado de tudo, procurou desestimular os "xixis" do PMDB, mostrando a inconveniência do adiamento ou da suspensão da eleição da Mesa da Câmara. Os líderes do PFL reuniram-se no gabinete do deputado Humberto Souto, domingo à noite, com a presença do ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do partido. Se havia relutantes, no final não havia mais nenhum. Todos do PFL passaram a defender a eleição da Mesa, dispostos, inclusive, a deixar de lado a candidatura Ulysses — se o presidente do PMDB trabalhasse pela proposta da bancada pela não-eleição.

Do lado do PMDB, vários deputados conseguiram convencer os mais afeitos. Euclides Scalco, José Costa, Prisco Viana, Cid Carvalho e

outros conseguiram estrair os ânimos dos gaúchos e seus aliados da não-eleição da Mesa-diretora. Os partidários da candidatura Fernando Lyra já tinham até alguns esquemas. Se acontecesse a derrota de Ulysses Guimarães, seria escolhido outro candidato a presidente da Constituinte — possivelmente o senador Mário Covas, também paulista e uma das novas "estrelas" do PMDB. Se derrotado Fernando Lyra, o deputado fluminense Lisáneas Maciel (PDT) seria lançado como anticandidato, para marcar posição.

Entre marchas e contra-marchas, avanços e recuos, chegou-se a uma solução conciliatória. O deputado Cid Carvalho (MA) mostrou que o melhor caminho seria a apresentação, no plenário, de requerimento expressando a moção da bancada, solicitando que fossem sustadas a eleição da Mesa e as atividades da Câmara e do Senado, até que o plenário da Assembleia Constituinte se pronunciasse sobre o funcionamento, ou não, do Poder Legislativo ordinário. A Mesa rejeitaria e a eleição se realizaria normalmente.

O líder Pimenta da Veiga rejeitou em apresentar o requerimento, mas foi convencido a fazê-lo, já que, como líder, teria de expressar a posição majoritária da bancada.

O trabalho, depois, foi acertar com o 1º vice-presidente da Mesa anterior, Humberto Souto (PFL-MG) — que iria dirigir a sessão, pois, como candidato a presidente, Ulysses se afastaria. Souto ficou confuso. Uma hora dizia que não aceitaria, depois dizia que aceitaria o requerimento do PMDB. Na reunião, com Aureliano Chaves e líderes do PFL, Humberto Souto, finalmente, foi convencido a não aceitar o requerimento e nem aceitar qualquer recurso regimental capaz de proferir a eleição. O PMDB queria, pelo menos, adiar até hoje ou amanhã a eleição da Mesa, para que Ulysses se apresentasse como candidato a presidente da Câmara já eleito presidente da Assembleia Constituinte. Não deu certo.

### NO FIM, O RECUI

Diante da nova realidade — a maioria do plenário a favor da eleição da nova Mesa da Câmara, o PMDB e os "xixis" tiveram que recuar. Antes, porém, decidiram que melhor seria perder reclamando, protestando, gritando. A mise-en-scene no plenário foi bem ensaiada e bem executada, com o auxílio do PT, do PCB e do PC do B.

A eleição foi mantida e o PT, bem antes, havia lançado a candidatura da deputada Irma Passoni a suplente da Mesa, comunicada formalmente no plenário pelo deputado José Genoino, que momentos antes "tentara" impedir a eleição dos novos dirigentes da Casa, no esquema da chamada Constituinte exclusiva.

Correu tudo como estava previsto antes da rebeldia parcial do PMDB. Se não existisse a candidatura dissidente de Fernando Lyra, o PMDB, possivelmente, utilizaria sua maioria absoluta e poderia sustar toda a eleição e o funcionamento do Congresso, apesar do protesto do Senado. Os novos dirigentes devem agradecer a Fernando Lyra pela ajuda.



Lyra se esforça, mas só consegue 155 votos

## Lyra não transformará votos numa liderança permanente

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os 155 votos que o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) recebeu ontem na disputa com o deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara não deverão produzir repercussões nem desdobramentos nas futuras votações da Constituinte, segundo a análise dos próprios peemedebistas que votaram em Fernando Lyra. A maioria de votos contra Ulysses Guimarães representa a manifestação do inconformismo contra a inconstitucionalidade da sua reeleição ou foram votos abertos dos partidos de esquerda. A disputa, segundo o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), eleitor de Lyra, se esgota com a proclamação do resultado.

Já o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, interpretou os 299 votos dados a Ulysses Guimarães como a primeira manifestação do "bloco central", que tem como eixo o PFL, e será articulado com deputados moderados do PMDB, "de grande expressão numérica", e de outros partidos. Esse grupo de quase 300 deputados não só garantiu a vitória do "entendimento partidário", na opinião de Lourenço, mas irá assegurar ao País a elaboração de uma Constituinte centro-progredista.

"Essa facção centro-progredista pode não atender a todas as correntes políticas do País — salientou o líder do PFL —, mas é, sem dúvida alguma, o reflexo da grande maioria da opinião pública brasileira." Nas futuras votações da Constituinte, se-

gundo o raciocínio de José Lourenço, o bloco vai atuar "sempre que o bom senso faltar ou as disputas ameaçarem o bom encaminhamento das questões de interesse nacional".

O deputado Fernando Lyra não conseguiu interpretar, de forma clara, a votação que recebeu. Para ele, os 155 votos decorrem do inconformismo dos deputados contra os métodos usados na condução da disputa — pressão dos governadores, do Palácio do Planalto e da "sinistrose" da crise institucional que sua vitória poderia provocar —, da falta de participação, reclamada pelos novos, somados aos que resistiram às pressões. Mas ele não se considera líder desses 155 deputados, nem previu qualquer ação conjunta do grupo, daqui para frente.

O deputado Roberto Freire (PCB-PE) explicou que o seu partido decidiu apoiar a candidatura de Fernando Lyra por não concordar com a acumulação de cargos e ser favorável à renovação. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) afirmou que votaria em Lyra porque a candidatura de Ulysses Guimarães era "a ponta de lança de setores conservadores".

Já o deputado Sigmaringa Selxas (PMDB-DF) ressaltou que a candidatura de Ulysses Guimarães era "flagrantemente inconstitucional" e que por isso não teria o seu voto. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), afirmou que votaria em Fernando Lyra por três razões: "A candidatura de Ulysses é inconstitucional, a acumulação de cargos é antidemocrática e não recebo recados do Palácio do Planalto".

## Mesa tem pianista, lobista...

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Mesa da Câmara dos Deputados eleita ontem — toda ela resultante de composições entre os partidos para facilitar a reeleição de Ulysses Guimarães — morreu críticas por não corresponder às expectativas geradas por um ano de trabalho constituinte. O 1º vice-presidente, Homero Santos (PFL-MG), teve seus dias de notoriedade quando foi flagrado, há mais de um ano, na função de "pianista" no plenário. Era do PDS e já exerceu o cargo anteriormente. Já o 2º vice-presidente, Paulo Mincaroni (PMDB-RS), é apontado como lobista de setores da indústria de armas, de transporte e de informática, e foi cassado em 1984 sem indícios de subversão.

O 1º secretário, Paes de Andrade

(PMDB-CE), coincidentemente foi eleito também ontem para a presidência da União Parlamentar, que cuida de viagens ao Exterior. O 2º secretário, Alberico Cordeiro (PFL-AL) tem grandes ligações com empresários paulistas. Um dos integrantes do extinto grupo pró-diretas, foi descoberto mais tarde como mafioso enrustido. Pertenceu à Arena e ao PDS.

O 3º secretário, Heráclito Fortes (PMDB-PI), começou na Arena, passou pelo PP e acabou peemedebista. Hoje, priva da intimidade de Ulysses Guimarães. No regime militar, trabalhou com o ministro Rubem Ludwig no MEC. O 4º secretário, Cunha Bueno (PDS-SP), sempre manteve a coerência política. Nunca trocou de partido e, em 1984, marchou ao lado de Paulo Maluf, não o abandonando nem quando a derrota para Tancredo Neves era uma certeza.

## Razões políticas vencem o rigor da Constituição

LEDA FLORA

A candidatura de Ulysses Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados nasceu e acabou vitoriosa pela convicção inicial de um grupo do PMDB que enxergou a perspectiva de domínio do partido na Assembleia Nacional Constituinte e, de quebra, o fortalecimento do Poder Legislativo como um todo. Como símbolo diante da resistência durante os anos de autoritarismo, Ulysses acreditou-se naturalmente para acumular as duas presidências, apesar das pressões recebidas.

Mas por uma óbvia questão de marketing político, em nenhum momento os articuladores de sua campanha tocaram de maneira aberta no ponto fundamental. E o currículo de Ulysses Guimarães facilitou bastante o trabalho, a ponto de a inconstitucionalidade da sua recondução à direção da Câmara, bastante questionada, ter sido ultrapassada por razões apenas políticas.

O próprio Ulysses Guimarães, ao ser indagado dos motivos da vitória, afirmou que, acima dele, ganhara a tese segundo a qual todo o instrumental logístico, os funcionários e até o orçamento devem ficar a serviço da Constituinte e, com um só presidente, a unificação ficaria bastante facilitada. Este foi um dos argumentos principais da campanha.

Outras razões se somaram. O líder do PDS, deputado Amaral Neto, assegurou que 29 dos 33 deputados de sua bancada optaram por Ulysses Guimarães porque o PMDB abriu espaço para o partido na Mesa, "onde um fiscal é indispensável". Além do cargo, Amaral Neto revelou que o PDS só olhou o lado político e sequer discutiu o aspecto jurídico formal da candidatura. Ele disse também que o Legislativo se fortalece com a vitória.

O deputado Antônio Britto (PMDB-RS) lembrou uma circunstância que acabou levando os novos deputados peemedebistas a optar por Ulysses Guimarães, a dificuldade de, no primeiro voto depois de instalada a Assembleia, ficar contra ele, o presidente do partido, um mito para muitos: "Seria uma complicação muito difícil votar contra".

Mas os novos deputados tiveram outras razões: o temor por uma crise partidária no caso de derrota, o enfraquecimento do PMDB nas negociações com o governo, o aspecto de dissidência que marcou a campanha do deputado Fernando Lyra. Por outro lado, Ulysses Guimarães prometeu aos novos atendê-los na reivindicação de fazer a Constituinte preponderar amplamente sobre os trabalhos da Câmara e, como havia tentado sinceramente isso no ano passa-

do, embora sem êxito, fechou seus argumentos com o grupo.

O PDT, com uma bancada de 24 deputados, pretendia votar em bloco contra Ulysses Guimarães, mas não conseguiu. Quatro fugram do bloco — Bocalúva Cunha, Roberto D'Ávila, César Maia e Vivaldo Frota, todos do Rio de Janeiro, os dois últimos ex-secretários do governador Leonel Brizola, que por sinal não se envolveu na questão.

Ao comentar a vitória de Ulysses Guimarães, Roberto D'Ávila talvez tenha explicado a posição do grupo minoritário pedetista: "Eu acompanho o doutor Ulysses há anos e fico feliz. É a garantia de um democrata na presidência da Câmara, merece todo o respeito e facilitará o trabalho constituinte". O deputado lembrou também que, na eleição, estava em jogo a vice-presidência da República, assinalando: "Num momento de crise ou de instabilidade, ele será a pessoa mais adequada para a confiança que a Nação nele deposita, até mesmo seus setores progressistas".

No PFL, os votos dados a Ulysses Guimarães não foram tão expressivos e, proporcionalmente, há indícios de que dos partidos maiores, foi o menos sensibilizado pela candidatura. Mas pesou para os liberais a declarada posição do presidente José Sarney favorável ao presidente nacional do PMDB e o bom espaço nos cargos da Mesa. Por uma questão de compromisso, o líder José Lourenço arregaçou as mangas por Ulysses Guimarães.

O comportamento dividido do PFL deveu-se a uma rivalidade natural com o PMDB, pois ambos integram a Aliança Democrática, embora o partido de Ulysses Guimarães tenha maior expressão política e numérica. Assim, com o fortalecimento político do deputado paulista, os liberais acabam descendo mais um degrau. Daí o voto favorável mais na base da pressão e da composição em torno dos cargos de Mesa.

O líder do PTB, deputado Gastone Righi, informou que a tendência pró-Ulysses se deveu ao espaço reservado ao partido da Mesa. afirmou que razões políticas deveriam levar à posição contrária à acumulação das presidências da Câmara e da Constituinte, mas se curvou ao realismo. Ele observou que o deputado Fernando Lyra não compôs uma chapa interpartidária.

Com a vitória de Ulysses ficou também fortalecido um pequeno grupo de deputados aos quais delega competência para algumas missões e mantém relações mais próximas: Pimenta da Veiga (MG), Euclides Scalco (PR) e Heráclito Fortes (PI). Entre os novos, o nome mais destacado é o de Bernardo Cabral (AM).

## RESERVAS - FEVEREIRO

MARAVILHOSO...